

novembro | 2022

jornal FNE



40 ANOS fne

MANUELA TEIXEIRA NOS 40 ANOS DA FNE  
**CRIANDO PONTES,  
UNINDO VONTADES**

**EDITORIAL****P.3** DAS EMERGÊNCIAS ÀS SOLUÇÕES, A FNE SEMPRE EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS QUE REPRESENTA**AÇÃO SINDICAL****P.4** GREVE DEMONSTROU INSATISFAÇÃO DOS EDUCADORES E PROFESSORES**P.5** FNE REUNIU COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**P.6, P.7** RESULTADOS DA CONSULTA MOSTRARAM DESCONTENTAMENTO COM POLÍTICAS EDUCATIVAS**P.8** FNE INSISTIU EM PROMOVER ESTABILIDADE E ELIMINAR A PRECARIIDADE**P.9** FNE DEFENDEU CONCURSOS JUSTOS E TRANSPARENTES**P.10 À P.16** 40 ANOS DA FNE EM IMAGENS E NAS PALAVRAS DE JOÃO DIAS DA SILVA**P.17** FNE REUNIU COM GRUPOS PARLAMENTARES DA IL, PS E PCP**WEBINÁRIO****P.18, P.19** A TRANSVERSALIDADE DA MÚSICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM**NA MINHA OPINIÃO****P.20** QUEREM VALORIZAR “A SÉRIO” OS PROFESSORES E EDUCADORES? - PEDRO BARREIROS - SPZN**ENTREVISTA****P.21 À P.25** MANUELA TEIXEIRA NO SINDICALISMO: CRIANDO PONTES, JUNTANDO VONTADES**NÃO DOCENTES****P.26, P.27** SAIBAM HONRAR OS DIREITOS QUE NÓS SABEREMOS CONCRETIZAR OS DEVERES**P.28, P.29** CONSULTA FNE A NÃO DOCENTES: INSATISFAÇÃO E FALTA DE RECONHECIMENTO**P.30** DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE CELEBRADO NO SEIXAL**SAÚDE****P. 31** UE QUER MAIOR PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES EUROPEUS AO AMIANTO**INTERNACIONAL****P.32, P.33** FNE E AFJET COM BOAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A NÍVEL EUROPEU**LEGISLAÇÃO****P.34** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE OUTUBRO A 25 DE NOVEMBRO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.35** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

novembro 2022

**proprietário**

Federação Nacional da Educação

**diretor**

João Dias da Silva

**produção de conteúdos**

Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**

Teresa Morais

**sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte \*

Sindicato dos Professores da Zona Centro \*

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo \* Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**

Joaquim Fernandes

**redação**

Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*

tel. 225 073 880 \*

secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**

Rafael Marques e Tiago Soares



# SEMPRE COM OS TRABALHADORES QUE REPRESENTAMOS, NA NEGOCIAÇÃO E NA LUTA

Passam 40 anos sobre a fundação da nossa Federação de Sindicatos, a primeira Federação de Sindicatos de Professores a ser constituída em Portugal, em novembro de 1982.

É com muito orgulho que neste número do nosso jornal publicamos a primeira parte de uma entrevista com a primeira Secretária-Geral da FNE, Manuela Teixeira, onde são reafirmados os valores que desde sempre nortearam a intervenção político-sindical da federação. Ela e as equipas que liderou foram notáveis na formulação de carreiras de docentes e de não docentes que se revelaram atrativas e dignificadoras de todos.

Por isso, nesta ocasião, é devida mais uma vez uma palavra de saudação e de reconhecimento, especialmente para ela, mas para todos quantos, nos órgãos da FNE ou nos seus Sindicatos, permitiram um percurso de grande qualidade e de grandes e importantes conquistas.

Em todo este percurso, sempre consideramos que a primeira etapa para um processo que vise a melhoria das condições de trabalho e de desenvolvimento de carreiras é a negociação e a concertação.

Sempre privilegiámos este passo, e temos consciência de que através das muitas negociações em que estivemos envolvidos, ao longo de todo este tempo, foram muitos os passos que se deram através da celebração de acordos que sempre estiveram na origem de impulsos positivos para as carreiras dos educadores e dos professores e dos trabalhadores não docentes.

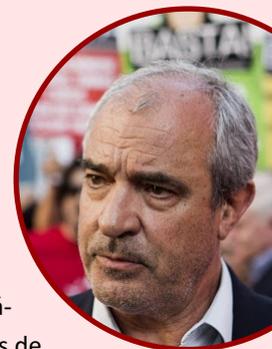
Mas, com a mesma ambição e para se conseguirem objetivos de valorização de todos quantos representamos, foi necessário o recurso à luta, quer através de greves, quer de manifestações.

Vivemos hoje tempos desafiantes. Mais uma vez, a nossa opção neste momento é no sentido de valorizar o tempo e o espaço da negociação, não confundindo este investimento com uma eventual futura necessidade de se recorrer a formas de luta que visem dar expressão às nossas reivindicações. É do mínimo sentido de boa fé negocial respeitar o tempo da negociação, sem o contaminar com o desenho de perspetivas de luta no futuro.

Temos em cima da mesa propostas que têm de ser encaminhada para soluções que, alterando e corrigindo o que precisa de ser corrigido, constituam sempre etapas de valorização das condições de trabalho, de estabilidade e de desenvolvimento de carreiras.

É na nossa capacidade para que este esforço tenha sucesso, que apostamos todo o nosso empenho e dele prestaremos contas.

Aproveito para desejar a todos Boas Festas e que o Novo Ano de 2023 assegure novas conquistas para todos quantos representamos.



*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral da FNE

# GREVE DEMONSTROU INSATISFAÇÃO DOS EDUCADORES E PROFESSORES

A Greve Nacional realizada a 2 de novembro, demonstrou a insatisfação dos Educadores e Professores Portugueses com a ausência de medidas do Estado para com a Educação e seus profissionais, bem sublinhada pelo Orçamento de Estado (OE2023).

No dia em que o Ministro da Educação esteve presente no Parlamento para apresentar e debater o Orçamento de Estado para a Educação, a FNE deixou bem claro que "este Orçamento ignora a realidade, porque não tem em linha de conta as necessidades concretas do sistema educativo para responder a uma comunidade escolar que precisa de ter recursos humanos que garantam o direito de todos os alunos terem direito às suas aulas". Em declarações aos meios de comunicação social, João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, recordou ainda que "é também um OE que ignora a realidade, pelo baixo nível de investimento que é alocado à Educação, muito inferior aos 6% recomendados pela OCDE aos seus países membros. Mais uma vez, Portugal fica bem longe de atingir aquela meta".

A FNE sublinhou ainda ao longo do dia que "os Educadores e Professores percebem muito bem que as propostas realizadas e apresentadas pela Federação junto da tutela, no sentido do reconhecimento e valorização dos docentes portugueses, não foram ouvidas nem tidas em conta pelo OE2023, que não contém medidas que reconheçam a atratividade, o rejuvenescimento,

o desenvolvimento da carreira docente e condições dignas de aposentação". Para a FNE o OE deixou também de fora medidas para se acabar com a precariedade, a instabilidade e o envelhecimento do corpo docente.

Os Professores estão insatisfeitos e descontentes. E foi por isso que a FNE considerou que nesta data em que o Ministro da Educação está no Parlamento a apresentar o OE para a Educação, era a oportunidade adequada para que toda a insatisfação dos educadores e professores fosse manifestada.

"Os níveis de adesão desta Greve foram fortíssimos, com centenas de escolas de todos os níveis de ensino encerradas. Os Sindicatos da FNE responderam ao apelo dos seus sócios para que a greve demonstrasse, de forma inequívoca, o seu sentimento contra o OE2023, que se fica pela continuidade de políticas insuficientes e injustas no setor da Educação" congratulou João Dias da Silva.

"Os docentes portugueses sabem que podem contar com a FNE na defesa daquilo que são os seus interesses, condições e perspetivas de trabalho e que não desistiremos nunca de fazer o que for necessário para que essas condições sejam ultrapassadas e resolvidas, de uma vez por todas, num caminho de valorização e dignificação da carreira docente e dos seus profissionais" disse ainda, no final do dia de greve.

Por um **ORÇAMENTO DE ESTADO**  
que valorize Educadores e Professores



www.fne.pt



SINDICATO  
PROFESSORES  
ZONA NORTE

**SPZC**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA ZONA CENTRO



GRANDE  
LISBOA

**SDP**  
SUL

**SDPA**  
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS  
PROFESSORES DOS AÇORES



MADERA



SPCL  
Sindicato dos Professores  
do Continente Litoral



## FNE REUNIU COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A Federação Nacional da Educação (FNE) esteve reunida na manhã de 4 de novembro de 2022 em Lisboa, com o Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Nuno Teixeira.

Neste encontro - que foi o primeiro entre a FNE e a nova equipa ministerial - esteve em cima da mesa a apresentação do Projeto de protocolo negocial entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a FNE para a legislatura 2022-2026.

A delegação da FNE, composta pelo Secretário Executivo José Luís Abrantes e pelos Professores Bravo Nico, Isabel Martins e Alina Sousa Vaz, ouviu da parte da tutela a vontade de estabelecer um roteiro negocial de modo a aprofundar a discussão e negociação em matérias que ambas as partes consideram estruturantes para as instituições académicas e científicas.

O Secretário de Estado acompanhou a apresentação das propostas da FNE, parte integrante do Roteiro da federação para a Legislatura 2022-2026, que constituem medidas de curto, médio e longo prazo, consideradas imprescindíveis para uma Educação de qualidade, justa, inclusiva e sustentável no Ensino Superior e na investigação.

O reforço do financiamento às Instituições de Ensino Superior, a questão das carreiras ou o modo de funcionamento das instituições, são matérias que a FNE pretende levar à negociação, de modo que se alcancem resultados práticos para a vida dos trabalhadores do Ensino Superior.

A FNE reiterou mais uma vez a sua disponibilidade para o desenvolvimento de processos negociais com o Governo, em defesa dos docentes do Ensino Superior e da Educação, e sempre na busca de soluções para as dificuldades identificadas no setor, através de um diálogo social que permita alcançar os resultados desejados.

***A FNE reiterou mais uma vez a sua disponibilidade para o desenvolvimento de processos negociais com o Governo, em defesa dos docentes do Ensino Superior e da Educação.***

# RESULTADOS DA CONSULTA NACIONAL MOSTRARAM DESCONTENTAMENTO COM POLÍTICAS EDUCATIVAS



No dia seguinte à Greve de Professores, a FNE apresentou em Conferência de Imprensa, os resultados da Consulta Nacional que desenvolveu online no início deste ano letivo, mais precisamente entre 14 e 21 de outubro – um mês precisamente depois do recomeço das atividades letivas - para recolher a opinião de educadores e professores portugueses em relação às suas perspetivas sobre a carreira e o reconhecimento profissional e sobre as condições de início do novo ano letivo.

Responderam 2154 educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário de todo o país, com uma distribuição geográfica, de género e de idade que têm forte adesão à realidade sociológica dos docentes portugueses: 80,3% de mulheres, 58,9% com mais de 50 anos de idade. 44,6% dos respondentes trabalham no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, 7,3% na Educação Pré-Escolar, 26,1% no 1º ciclo, 17,1% no 2º ciclo.

Ainda no campo da caracterização do público que respondeu a este questionário, 77,8% diz ser sindicalizado, e 63,1% diz que é sindicalizado num sindicato da FNE. É evidente que a interpretação destes números não pode ignorar o facto de a consulta ter sido dinamizada pelos sindicatos da FNE e nos seus espaços mediáticos. De qualquer modo, não deixa de ser relevante o facto de haver respondentes que não pertencem ao espaço FNE.

## PERSPETIVAS DE CARREIRA E RECONHECIMENTO SOCIAL

A conclusão que aparece com maior evidência é a de um profundo descontentamento em relação ao estatuto remuneratório, a que se associa uma perspetiva de decepção em relação às expectativas de desenvolvimento da carreira. Com efeito, 96,7% dos participantes declararam expressamente que a sua remuneração não está ao nível das qualificações que lhes são exigidas, e 56,5% afirmam que as suas perspetivas de carreira são decepcionantes, a que acrescem 39,7% a dizerem que são pouco atrativas.

De qualquer modo, é de assinalar que, numa escala de 1 a 5 quando se perguntava se gostam da profissão que exercem, uma maioria de 51,3% escolhe a nota máxima, 27,5% atribui a nota 4 e 13,6% escolhem a nota 3, o que dá uma expressiva manifestação de gosto pela profissão que acaba por ser independente da apreciação do estatuto remuneratório em que estão inseridos.

Esta questão é completada por uma outra que procurava saber, também numa escala de 1 a 5, se os participantes se sentem realizados no exercício profissional, 64,2% colocam-se numa perspetiva positiva.

Mas tudo apreciado, talvez não seja de estranhar que 86,4% dos respondentes diga com toda a clareza que não incentivaria um jovem a ser professor.

Finalmente, e neste âmbito, a consulta procurou saber como é que os educadores e professores portugueses percebem o reconhecimento social pela profissão docente, sendo que aqui a soma dos que consideram que é pouco elevado e insuficiente atinge os 86,2% (28,4% num caso e 57,8% no outro), sendo os docentes do 1.º ciclo (60,3%) que consideram insuficiente de uma forma mais premente.

**Com efeito, 96,7% dos participantes declararam expressamente que a sua remuneração não está ao nível das qualificações que lhes são exigidas, e 56,5% afirmam que as suas perspetivas de carreira são decepcionantes.**

## SISTEMA EDUCATIVO

Esta consulta debruçou-se sobre a imagem que os educadores e professores têm acerca do sistema educativo.

70,1% dos respondentes afirmaram que, na sua perspetiva, a sociedade tem uma imagem negativa da qualidade do sistema educativo português.

Mas, perguntado o mesmo aos próprios respondentes, estes têm uma imagem diferente. 46,8% dizem que é muito bom ou bom, mas 19,1% caracteriza-o como insuficiente.

Os respondentes são depois muito críticos em relação às opções do atual governo em matéria educativa, classificando-as como insuficientes 73,9% dos participantes na consulta, limitando-se a 5% os que a consideram boas ou muito boas.

Como a inclusão tem sido apresentada pelo Governo como uma das pedras de toque das suas opções em matéria educativa, os respondentes a esta consulta são também muito claros só 20% afirmam que o grau de inclusão que o sistema educativo garante é bom ou muito bom; 44,4% dos participantes declara-o insuficiente.

## HORÁRIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Um mês depois de iniciado o novo ano letivo, esta consulta quis conhecer a apreciação que os educadores e professores portugueses fazem sobre a forma como está a decorrer e o grau de cumprimento das normas que está a ser garantido.

74,4% dos respondentes não têm críticas quanto à legalidade dos horários que lhes estão atribuídos, mas é muito expressiva a quantidade dos que criticam a burocracia, o excesso de tempo de permanência na escola e a quantidade de horas letivas atribuídas, a ultrapassagem do número de horas de trabalho com as que estão determinadas no horário, excesso de reuniões obrigatórias.

E, na sequência deste levantamento, é extremamente preocupante que 48,9% dos respondentes diga que nem todas as tarefas que lhes são atribuídas se justificam, e aqui muito claramente é a burocracia e o trabalho administrativo que são identificados, sendo os docentes do 1.º ciclo que o afirmam de uma forma mais veemente, respetivamente 62,1%.

A maioria dos participantes é muito crítica também em relação à forma como é atribuído o horário e como é feita a distribuição do tempo de serviço, que impede de uma forma clara para muitos as condições para a realização de trabalho colaborativo entre docentes, e que é essencial para a qualidade do trabalho pedagógico. 51,2% diz que não há condições para a realização do trabalho colaborativo.

## ESCOLA DIGITAL

Os resultados desta consulta deixam alertas importantes sobre a real concretização de medidas que garantam condições para que o digital possa constituir uma ferramenta de apoio ao trabalho pedagógico.

29,7% dos respondentes diz que ainda não lhe foi atribuído um computador para o presente ano letivo, e 20,3% dizem que as condições de acesso à rede na sua escola são más, e 47,4% diz que são apenas razoáveis.

A FNE deixou uma palavra de agradecimento a todos os que participaram neste questionário e que dessa forma ajudaram na ação que é da nossa responsabilidade de promover um melhor sistema educativo, com profissionais reconhecidos e valorizados.

A FNE considera que estes resultados demonstram bem a insatisfação que atravessa Educadores e Professores de todo o país e espera com estes resultados reforçar junto do Ministério da Educação e do Governo, em geral, a necessidade de encontrar soluções e resolver os problemas identificados, as insuficiências e as fragilidades que advêm de anos anteriores, com o intuito de definir políticas concretas de investimento e de resposta à precariedade, à valorização e rejuvenescimento da condição e profissão docentes, assim como à gestão adequada dos recursos humanos da educação.

[Consulte aqui o documento completo com os resultados e análise dos dados desta Consulta Nacional](#)

**A maioria dos participantes é muito crítica também em relação à forma como é atribuído o horário e como é feita a distribuição do tempo de serviço, que impede de uma forma clara para muitos as condições para a realização de trabalho colaborativo entre docentes.**





# FNE INSISTIU EM PROMOVER ESTABILIDADE E ELIMINAR A PRECARIEDADE

Em reunião promovida a 8 de novembro com o Ministério da Educação, a FNE insistiu na necessidade de que o processo negocial que está a decorrer para alterar a legislação de concursos de docentes, venha a garantir condições efetivas de estabilidade e de eliminação da precariedade. Para este efeito, é essencial que a primeira preocupação constitua a revisão das dotações dos quadros de escola, de modo que estes correspondam às suas efetivas necessidades permanentes.

Para esta reunião, o ME levou dois pontos para a agenda: por um lado, a determinação de critérios para a definição dos quadros de escola e de agrupamentos de escola; por outro lado, a revisão da dimensão dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP's).

Segundo João Dias da Silva, à saída da reunião, "na perspetiva da FNE a determinação de quadros de escola e de agrupamento de escola que respeitem as suas necessidades é um passo essencial para se alcançar a estabilidade das pessoas, das escolas e do sistema educativo. As escolas precisam de ter os seus quadros preenchidos com o número de professores de que necessitam e acabar com o recurso à precariedade e contratações dos docentes em cada ano letivo".

Ao longo dos anos a FNE sabe que os QZP's cresceram em dimensão geográfica e número de pessoas que os integram, o que se traduziu em maior precariedade para estes trabalhadores, tanto maior quanto o crescimento geográfico destes quadros que em algumas circunstâncias têm 200km de extensão.

Para o Secretário-Geral da FNE "o papel da FNE neste processo negocial é acabar com estes fatores de insatisfação e trazer para as escolas professores com colocações que correspondam aos seus anseios e é na perspetiva do que devem ser

os futuros QZP's que vamos trabalhar. Mas é preciso também rever a sua dimensão geográfica". O ME apresentou uma proposta de revisão desses quadros, mas a FNE considerou que em algumas circunstâncias esta não é a resposta adequada e por isso "vamos por isso trabalhar sobre propostas alternativas relativamente à forma como devem ser revistos geograficamente os QZP's".

Neste encontro, a FNE colocou também em cima da mesa o compromisso assumido pelo o Governo com os Sindicatos que compõem a FNE, no quadro do acordo com a administração pública para a valorização de trabalhadores desse setor e que não integram as carreiras gerais, mas que previa que até ao final do processo do debate na especialidade do Orçamento de Estado, o ME reúna com os Sindicatos da Educação para estabelecer um calendário negocial de matérias que visem a valorização da carreira docente, nomeadamente, entre outras situações, a perda de paridade com a carreira técnica superior que para nós é algo inaceitável.

A FNE deixou explícito nesta reunião com o Ministro da Educação que é fundamental que a paridade entre a carreira docente e a carreira técnica superior seja mantida e para isso é necessário um processo negocial para que conduza à manutenção dessa paridade.

Da parte da FNE ficou mais uma vez demonstrada toda a disponibilidade para a negociação, percorrendo todas as etapas de debate e fazer com que se alcancem soluções em que todos os educadores e professores portugueses se revejam e que se sintam mais reconhecidos e valorizados pelo governo que é quem tem de os valorizar em termos remuneratórios e de condições de trabalho. A FNE não vai, garantidamente, desistir desta valorização dos educadores e professores.

**A FNE deixou explícito nesta reunião com o Ministro da Educação que é fundamental que a paridade entre a carreira docente e a carreira técnica superior seja mantida**

# FNE DEFENDEU CONCURSOS JUSTOS E TRANSPARENTES

A FNE fez chegar um conjunto de contrapropostas ao Ministério da Educação (ME), em resposta ao desafio lançado pela tutela na reunião do passado dia 8 de novembro de 2022. As propostas da FNE dizem respeito à operacionalização de um novo regime de seleção e recrutamento de docentes, no sentido de que se garanta a total clareza do processo, de modo que a negociação prossiga de uma forma consistente e clara.

São vários os temas em questão a começar pela matéria das designações. Para a FNE, a proposta apresentada é genérica e não clarifica nem densifica, de forma consistente, as novas designações sugeridas para os mapas de docentes e gera confusão e dúvidas, podendo até gerar a conceção de que se trata de um novo paradigma, dado o significado que o termo quadro mantém no seio da Administração Pública.

Já sobre o regime de concursos, o ofício enviado ao ME apresenta pontos que a FNE considera deverem ser garantidos, tais como a correta dimensão dos quadros de escola/agrupamento de escola, sendo para esse efeito necessário identificar as reais necessidades de cada escola, em termos das respostas que cada uma proporciona para os níveis de educação, ensino e formação que aí são oferecidos.

O apuramento destas necessidades permanentes, que vão determinar a nova composição dos quadros (ou mapas) dos agrupamentos de escola/escolas, é catalogado pela FNE junto do ME como “crítico e decisivo”, pois neles residirá um dos pontos fulcrais da qualidade da intervenção legislativa. Por esta razão, a FNE propõe o envolvimento dos órgãos da escola, como o Conselho Geral e o Conselho Pedagógico, em tal apuramento.

De acordo com a FNE, os concursos internos de periodicidade quinquenal não contribuirão para uma maior estabilidade e bem-estar do corpo docente e podem até constituir um fator de desmotivação e mal-estar dos docentes que obtenham colocações, por os afastar das suas residências e das suas famílias, por um longo período de tempo, sem qualquer possibilidade concursal de aproximação.

A extinção de lugares de mapa após três anos de DACL é outra das propostas apresentada pela FNE, assim como o dimensionamento dos Mapas Docentes Interconcelhios. O respeito pela graduação profissional (lista graduada) nacional, na colocação de professores em todas as etapas concursais, continua a ser um dos pontos de honra da FNE na defesa dos docentes.

Outras propostas apresentadas pelo ME merecem uma atenção particular e crucial, tais como:

- Uma adequada composição geográfica dos Mapas Docentes Interconcelhios, para promover a estabilidade;

- A falta de sentido de Um Conselho Local de Diretores de Agrupamentos de Escola para o processo de afetação de docentes do MDI para o preenchimento de necessidades transitórias.

A FNE reforçou através deste documento, enviado ao ME a 14 de novembro, as dificuldades sentidas para “realizar uma apreciação consistente sobre as propostas apresentadas pela tutela, tendo em conta o seu caráter preliminar e genérico”, considerando que estas se tornam “pouco claras no conteúdo e intenções, o que pode provocar interpretações contraditórias”.

Para a FNE, é absolutamente indispensável que em resultado deste processo se atinja um regime e que os educadores e professores depositem confiança, por ser objetivo, transparente, justo e equilibrado.

**A FNE reforçou através deste documento, enviado ao ME a 14 de novembro, as dificuldades sentidas para “realizar uma apreciação consistente sobre as propostas apresentadas pela tutela”.**

**fne DEFENDE**

- concurso objetivos, claros, transparentes, justos e equilibrados
- respeito pela lista graduada nacional
- quadros de escola ajustados às suas necessidades permanentes
- fim da precariedade e da instabilidade

Logos: SPZC, SPP, SCPA, SPCL

www.fne.pt

# 40 ANOS



**SPZC**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA ZONA CENTRO



**SDP**  
SUL

**SDPA**  
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS  
PROFESSORES DOS AÇORES



**STAE**  
ZONA NORTE

**STAE**  
ZONA CENTRO

**STAE**  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



## 40 ANOS DE DIÁLOGO E VITÓRIAS

Desde 3 de novembro de 1982 que a FNE representa milhares de trabalhadores da educação.

Formada originalmente como Federação Nacional dos Sindicatos de Professores - FNSP, foi a primeira federação nacional de sindicatos de professores a constituir-se em Portugal. Como o próprio nome indica, à época a FNSP apenas filiava sindicatos de professores.

Em 1989, a Federação altera o seu âmbito e a sua designação, passando a designar-se como FNE - Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, e passando a filiar, para além de sindicatos de professores, sindicatos de profissionais da educação, nomeadamente os sindicatos dos técnicos, administrativos e auxiliares da educação, quer se encontrassem a trabalhar nas escolas quer em organismos de administração da educação.

Em 2010, volta a registar-se uma alteração da denominação: mantendo a sigla FNE, abrevia para Federação Nacional da Educação.

A FNE teve sempre como primeiro objetivo da sua luta a melhoria da qualidade da Educação em Portugal, que passa, necessariamente pela dignificação da profissão docente e da dos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

A FNE pauta-se pelos princípios do sindicalismo reformista, que assenta na convicção de que a melhoria das condições de trabalho se processa por etapas sucessivas e não por saltos bruscos de uma qualquer via revolucionária. Assim, privilegia-se a dinâmica negocial de aproximações sucessivas, em

que, com propostas de qualidade técnica, procuramos que as nossas ideias progressivamente reconhecidas.

Assentamos a nossa intervenção nos princípios do sindicalismo democrático defendidos pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), e ainda pela Internacional da Educação (IE e IE-CSEE).

As nossas lutas prenderam-se ao longo dos tempos com o direito à negociação, a aumentos salariais justos, à estabilidade profissional e à valorização e dignificação das carreiras dos trabalhadores que representamos.

A FNE orgulha-se de ter estado na origem do primeiro Estatuto da Carreira Docente, em 1989, e da sua revisão em 2010, bem como do regime jurídico dos trabalhadores não docentes, em 1999. Conduzimos a profissão docente à sua equiparação com a carreira técnica superior, em 1989. Celebrámos acordos que levaram à histórica efectivação de 22.000 professores em 1985 e 15.000 em 1998. Estivemos na génese da definição da carreira única para os professores dos ensinos básico e secundário e educadores de infância. Celebrámos o acordo que conduziu à revisão das carreiras docentes do ensino superior universitário e politécnico, em 2009, e à definição do novo regime de enquadramento do ensino português no estrangeiro, também em 2009. Celebrámos acordos de contratação coletiva com AEEP/CNEF, com Miseriecórdias e com IPSS.

Todas estas lutas foram longas, mas e os resultados da nossa ação político-sindical têm-nos dado razão. A FNE nunca desiste e os Trabalhadores da Educação e a sociedade portuguesa podem contar sempre connosco.



Criada pelo SPZN, SPZC e SINDEP

### Sindicatos dos professores têm agora uma federação

Três sindicatos de professores que abrangem geograficamente o território nacional, criaram uma Federação Nacional. Esta decisão foi anunciada em conferência de imprensa, efectuada no SPZN - Sindicato de Professores da Zona Norte.

Além do SPZN, fazem parte do Sindicato de Professores da Zona Centro (SPZC) e Sindicato de Professores da Zona Sul (SINDEP), este último representante das áreas da Lisboa e Setúbal.

A Federação pretende institucionalizar a unidade, estando aberta a todos os organismos de classe e independentemente de centros sindicais.

Propõe-se nomear todas as organizações sindicais nacionais e locais e a todos os professores que tenham no seu currículo a disciplina de ensino português.

Contribui para o fortalecimento da sociedade através de diversas iniciativas e projetos, e defende o desenvolvimento da área social.



notícias da **FEDERAÇÃO**

**PARTICIPAR NA MUDANÇA**

UM SISTEMA EDUCATIVO QUE SE ADAPTE A PORTUGAL



...ário, como uma força apta para incentivar do Estatuto da Carreira Docente [5]



**Diário de Notícias**

120 mil na 'manif.' dos professores contra o Governo

DEIXE-NOS ENSEJAR!

Pensões do Estado em risco de corte duplo



**Dia do Trabalhador**

**MAIO**

DEFENDER O EMPREGO COM O ESTADO SOCIAL

Manifestação em Lisboa  
14h30 - Marquês de Pombal > Restauradores



# 942

# SÓ QUEREMOS O QUE É NOSSO!





PROFESSOR

PROFES





# 40 ANOS DE UM PERCURSO FEITO DE TANTAS CONQUISTAS E AVANÇOS

João Dias da Silva | Secretário-Geral da FNE

A FNE festejou a 3 de novembro, o seu 40º aniversário. Uma data que "Faz hoje 40 anos que, em 1982, foi constituída a primeira federação de sindicatos de professores, dando expressão dessa forma a uma vontade que tinha sido afirmada desde o primeiro momento em que, na sequência do 25 de Abril, foi possível assumir o associativismo sindical livre, democrático e independente em Portugal.

Oito anos depois de constituídos os primeiros sindicatos livres, o primeiro de entre eles - o Sindicato dos Professores da Zona Norte -, com o Sindicato dos Professores da Zona Centro, foi possível avançar com a responsabilidade de, no quadro da legislação sindical em vigor, fazer nascer a primeira federação sindical da educação.

A formação da Federação fez com que os sindicatos transferissem para a Federação as competências na ordem reivindicativa que até aí desenvolviam individualmente, para que a Federação as conduzisse em nome de todos, e de forma articulada.

Na altura, não havia uma lei de bases do sistema educativo, não havia estatutos de carreira docente, nem sequer estava formado o Conselho Nacional de Educação. Os salários dos professores eram generalizadamente baixos e variavam conforme os níveis de ensino em que se trabalhava. O número de lugares de quadro era baixíssimo e, portanto, eram aos milhares os professores contratados. Mas também na altura a escolaridade obrigatória ainda não atingia os nove anos sequer, a educação pré-escolar ou o ensino secundário eram residuais, o ensino superior continuava reservado às elites. E na altura também nem sequer estava definido o direito à negociação coletiva no setor público, portanto para os professores das escolas públicas.

Ora, todos sabemos que só depois de aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, é que foi possível estabelecer um quadro remuneratório valorizado e um estatuto de carreira com uma carreira única nos ensinos básico e secundário, e com estatutos adequados para os professores do ensino superior. Mas estes avanços só foram possíveis porque a FNE - e só a FNE, e com a oposição de outros - viabilizou as negociações que asseguraram estes importantes referenciais para o crescimento do estatuto social e remuneratório dos educadores e professores portugueses, e também dos estatutos de carreiras dos professores do ensino superior, o

que não teria sido possível se não fosse a coragem e a força da FNE.

Depois, na ordem sindical os sindicatos da FNE foram visionários e corajosos ao assumirem integrar os sindicatos de trabalhadores não docentes no seio da Federação.

Também no setor privado a FNE assumiu o englobamento da ação negocial que era até então conduzida por cada um dos sindicatos com as entidades patronais do setor particular e cooperativo.

Finalmente, também na ordem internacional, a FNE assumiu a participação nas estruturais sindicais democráticas que então existiam a nível europeu e mundial.

Começou assim há precisamente 40 anos um percurso intenso, exigente, gratificante, de que muito nos orgulhamos e que se traduziu em importantes avanços para os docentes e não docentes portugueses de todos os níveis de ensino.

Ao longo de todo este tempo, a FNE afirmou-se com os seus sindicatos na capacidade de permanentemente assegurar elevados níveis de participação e envolvimento dos educadores e professores portugueses para os inúmeros processos negociais que têm vindo a decorrer.

Ao longo de todo este tempo, a FNE envolveu-se em dezenas de processos negociais, muitas vezes finalizadas com a celebração de acordos, sem nunca ter abdicado de, quando se justificou, avançar com os mais diversos processos de contestação e de luta.

Orgulhamo-nos de um percurso feito de tantas e tantas conquistas e avanços.

Completam-se hoje 40 anos feitos de acordos e de lutas, sempre com o objetivo de garantir o reconhecimento e a valorização dos trabalhadores que representamos.

Este é o lastro com que nos abalançamos a continuar a trabalhar arduamente e consistentemente na concretização das nossas responsabilidades.

Não abdicaremos das nossas responsabilidades. Podem os educadores e professores portugueses confiar na sua FNE.

# FNE REUNIU COM GRUPOS PARLAMENTARES DA IL, PS E PCP



**Deste modo, os Grupos Parlamentares destes Partidos ficaram a par daquilo que são as reivindicações da FNE em prol de uma Educação de qualidade e inclusiva.**

Depois dos encontros com o Partido LIVRE e com o Partido Social Democrata (PSD), a FNE reuniu com os Grupos Parlamentares da Iniciativa Liberal (IL), Partido Socialista (PS) e Partido Comunista Português (PCP) na Assembleia da República, para apresentar as suas preocupações em relação ao Orçamento de Estado (OE) para 2023.

Este OE ignora mais uma vez a realidade, prosseguindo uma política de falta de investimento, sem soluções para os principais problemas que afetam o sistema educativo e os seus profissionais da Educação.

A FNE aproveitou estes encontros para entregar os resultados da Consulta Nacional realizada pela Federação, entre os dias 14 e 21 de outubro, sobre as condições de abertura do ano letivo 2022-2023 e que demonstram bem a insatisfação que atravessa Educadores e Professores de todo o país e a necessidade de encontrar soluções e resolver os problemas identificados, as insuficiências e as fragilidades que advêm de anos anteriores.

Em cima da mesa destas reuniões estiveram também matérias como a falta de atratividade das carreiras, o envelhecimento do corpo docente, a definição de medidas urgentes que eliminem a precariedade e a instabilidade dos profissionais da educação, o respeito pelos limites do tempo de trabalho, a atualização salarial, a descentralização das competências, questões do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e situações ligadas à formação e carreiras gerais do pessoal não docente.

Deste modo, os Grupos Parlamentares destes Partidos ficaram a par daquilo que são as reivindicações da FNE em prol de uma Educação de qualidade e inclusiva, reafirmando o seu compromisso com a necessidade de consideração das propostas que a federação tem vindo a apresentar junto do Ministério da Educação e no aprofundamento qualitativo, claro e transparente do diálogo social, através do desenvolvimento adequado dos processos negociais.

Apenas desta forma se poderá caminhar no sentido de um maior investimento na educação, que deveria ser, desde já, assumido politicamente pelo Governo, no Orçamento de Estado para 2023.

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

WEBINÁRIO  
10 novembro 2022  
17h00 às 18h15



**LEVI LEONIDO**  
Universidade de  
Trás-os-Montes e Alto Douro  
*Orador*



**RUI MAIA**  
Centro de Formação da FNE  
*Moderador*

## A transversalidade da **música** no desenvolvimento dos currículos do ensino básico



Levi Leonido



Rui Maia

# A TRANSVERSALIDADE DA MÚSICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM

Levi Leonido (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) foi o orador convidado do webinar "A transversalidade da música no desenvolvimento dos currículos no ensino básico", promovido na tarde de 10 de novembro de 2022 pela FNE e AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) e que contou com o Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, na moderação.

Docente, investigador e autor de vários livros e estudos ligados ao tema, Levi Leonido trouxe-nos várias perspetivas e desafios que se colocam aos educadores, professores e alunos na sua relação com a música na escola. São várias as mudanças que a música e o ensino artístico provocam nos alunos do ensino básico, segundo o Docente da UTAD. E são múltiplas as possibilidades inter e multidisciplinares que oferece a linguagem musical, que muito enriquece o processo educacional.

Nesta formação online, foram apresentadas algumas estratégias e propostas de atividades pedagógico-didáticas passíveis de ser colocadas em prática na sala de aula, na procura por uma afirmação da transversalidade da música no processo de ensino-aprendizagem.

Uma dessas estratégias passa pela criação de um desafio interdisciplinar para a criação de um poema. Levi Leonido apresentou vários exemplos de espetáculos criados em conjunto com alunos cujo objetivo principal era "partir para o espetáculo através de uma ideia. Os alunos têm de estar preparados para agarrar desafios e projetos. Toda a preparação de um espetáculo é uma aula em que se aprende no terreno tudo aquilo que na teoria não se capta da mesma forma", defendeu. Os projetos de Levi passam ainda por "transformar a linguagem e aplicá-la em várias formas e várias artes, como a escultura, a serigrafia ou a dança. Mas é necessário poder trabalhar a arte

em várias disciplinas com autonomia pedagógica. Criar projetos multidisciplinares, ter um objetivo pedagógico-didático", sublinhou. Ficou ainda como destaque desta apresentação "a criação de uma cultura de retorno. Procuramos sempre devolver textos culturais, por exemplo, em música. É preciso também ligar as famílias a estas ideias, criar uma espécie de alfabetização musical. É cada vez mais fundamental ligar a cultura à música e à escola, mas também - como referi - à família".

Quanto ao futuro, Levi Leonido deixou a ideia de que o amanhã passa por vários pontos, entre os quais a proposta de criar uma formação superior integrada e promotora da inter e transversalidade da música, mas ainda de uma autonomia programática, de adaptações no estatuto do professor e pela criação de uma relação mais próxima com as comunidades.

Rui Maia, a fechar, partilhou ainda algumas ideias, assumindo que "a música atrai os alunos. Leva uma universalidade à escola e é algo em que todos podem usar a criatividade". Levi concordou com o moderador do webinar e acrescentou que "falta ir ainda mais longe, à luz de uma educação artística. Não ouvimos os jovens e nem sequer temos noção de que, por exemplo, mais de 70% dos estudantes gostavam de experimentar teatro musical. É preciso algo mais que ligue as diferentes culturas ao ensino".

Ainda sobre o tema, Rui Maia atirou que "as escolas procuram uma definição clara do que é o papel de cada um que as compõe. O que o Professor Levi deixou aqui é uma ideia correta do que é o papel do professor, mas também a grande importância que as autarquias podem ter nesta busca de transversalidade com linguagens e música no ensino. Porque as autarquias têm um papel ativo neste setor e são determinantes na conceção e aplicação de diversos planos de atividades".

**O convidado deste webinar apresentou então à plateia online vários exemplos de projetos, tal como o de apresentar a um grupo de alunos, através de vários estilos de música de cada região, o Brasil.**

# QUEREM VALORIZAR “A SÉRIO” OS PROFESSORES E EDUCADORES?

Escrevo este artigo alguns dias após a realização da greve nacional de Professores e Educadores que decretamos contra uma política marcada pela degradação salarial e um Orçamento de Estado para 2023, em que o Governo se prepara para nos retirar, na prática, os ganhos que obtivemos no passado pela revisão das carreiras e equiparação aos quadros técnicos superiores da Administração Pública.

Escrevo, ainda, quando não está claro se chegaremos a um acordo sobre concursos ou se, de novo, devemos chamar os professores à greve ou para outras ações que possam vir a ser definidas em defesa da estabilidade do emprego, das condições de trabalho e da valorização da carreira docente.

Escrevo com um sentimento amargo, provocado pela forma como vi tratados os colegas necessitados de uma mobilidade “especial”, por motivos de doença, infelizmente verdadeira (ao contrário daquilo que tentaram fazer passar para a opinião pública), tratando-os como meros peões num processo concursal.

Amargura, tornada perplexidade, ao verificar a ideia que o Ministério da Educação fez passar para a sociedade, por ocasião da mudança das habilitações para a docência, que qualquer um pode ser professor.

Escrevo, também, com a consciência de que quando este jornal for lido, pelos professores e educadores que o SPZN e a FNE representam, estaremos a entrar em plena época de Natal. E esta época evoca Paz e Solidariedade. Ora, quando abrirmos o computador, a televisão ou lemos os jornais, somos confrontados sistematicamente com imagens e notícias de guerra, destruição e violência, que geram a descrença num futuro melhor.

Vivemos um tempo de guerra e incerteza. E, por isso, os meus votos só podem ser votos de Paz, esperança e o desejo que possamos conseguir alcançar a qualidade de vida e bem-estar que

merecemos, pelo que não podemos, com determinação, deixar de assumir as lutas que devemos travar com serenidade e determinação, orientados por princípios de justiça e de busca incessante de soluções que nos permitam recuperar o tempo de serviço ainda não contabilizado; a eliminação da burocracia; tornar a avaliação de desempenho docente um processo justo, transparente e que vise a melhoria das práticas e não sirva exclusivamente como constrangimento administrativo, para evitar que os docentes cheguem a índices remuneratórios mais elevados; promover o rejuvenescimento da profissão; fazer respeitar os limites do tempo de trabalho; eliminar a violência em contexto escolar; valorizar a carreira docente e respeitar o trabalho que os Professores e Educadores realizam diariamente com os seus alunos, dando-lhes uma verdadeira autonomia e autoridade.

É que os Professores e Educadores portugueses têm sido um exemplo de grande profissionalismo e dedicação, que teimosamente não é reconhecido nem valorizado pelo ME e por quem tem a responsabilidade governativa.

Estamos cansados de discursos, projetos, programas e do sistemático anúncio de intenções de valorização e respeito pela profissão docente, que não se sentem verdadeiramente.

É necessário valorizar todo o trabalho inerente à profissão e fazer centrar a atividade docente no processo de ensino-aprendizagem.

É imperioso valorizar “a sério” aqueles que resistem à forma como são desrespeitados, desvalorizados, atemorizados, coagidos e usados. Depois não se admirem que os jovens não queiram ser Professores e que aqueles que o são o pretendam deixar de ser.



**Pedro Barreiros**  
Presidente do SPZN

entrevista



2 meses	Eduardo Correia - 16/05/74
4 meses	Vicentino Magalhães Godinho - 1974
3 meses	Manuel Rodrigues Carvalho - 1974
4,5 meses	José Emílio da Silva 26/03/ 1975
10 meses	Vitor Alves - . de 19/09/1975
2 anos	Sottomayor Cardia 1976
3 meses	Lloyd Braga 1978
7 meses	Valente de Oliveira -1978
4 meses	Velga da Cunha -1979
2,5 ano	Vitor Crespo - 1980
1 ano	Frausto da Silva - 1982
1,5 anos	José Augusto Seabra - 1983
2	*João de Deus Pinheiro - 1985
4 a	Roberto Carneiro - 1987



**MANUELA TEIXEIRA**  
Ex-Secretária-Geral da FNE

# MANUELA TEIXEIRA NO SINDICALISMO: CRIANDO PONTES, JUNTANDO VONTADES

Manuela Teixeira é um nome incontornável na história do sindicalismo português. Líder do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN) e da FNSP/FNE até achou ser possível fazer a unidade na diversidade. Mas quando a ideologia comunista se impôs na área da educação ela respondeu que cada um “seguiria com a sua bicicleta”. Para Manuela Teixeira, o peso negocial dos professores aumentou com a criação da FNSP/FNE e quando lhe perguntamos pela relação entre política e sindicalismo ela responde de imediato que “o sindicato não tem de responder ao que um partido quer, mas sim aos trabalhadores que representa”.

**JORNAL FNE (JF) - QUE MOMENTOS MAIS RECORDA DA CISÃO ENTRE O SINDICALISMO DEMOCRÁTICO E A UNICIDADE SINDICAL?**

**MANUELA TEIXEIRA (MT)** - Nós começámos todos juntos. Éramos sindicatos regionais e por isso reuníamos-nos numa organização informal, constituída pelo conjunto dos sindicatos. Trabalhávamos assim bastante tempo e não trabalhávamos mal. Preparávamos as reuniões com discussões longas. Mas face ao Ministério da Educação aparecíamos com posições comuns, como se fossemos uma organização única.

Em determinada altura, os professores do Partido Comunista, que estavam no Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), resolveram criar um sindicato paralelo e aí achámos que as coisas não podiam continuar do mesmo modo. Tivemos uma grande discussão e decidimos: "Meus amigos, até aqui chegámos; a partir daqui vamos cada um com a sua bicicleta". Claro que o que havia eram duas perspectivas de sindicalismo. Uma de sindicalismo democrático em que a nossa principal responsabilidade era representar os nossos sindicalizados e apoiar a Escola. Claro que havia perspectivas diferentes, mas no princípio foram acomodáveis. Mas quem criou a rotura, pela forma como atuou, não foi a corrente do sindicalismo democrático, mas sim a corrente comunista.

No início foi necessário um trabalho organizacional muito forte da nossa parte, nomeadamente com a criação do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa (SDPGL), com o Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSUL), que se organizaram com o objetivo de integração numa Federação com os sindicatos originais (SPZN e SPZC) e um sindicato nacional que representava os delegados e subdelegados

escolares (SINDLEP). Com estes Sindicatos constituímos a FNSP.

Por seu lado, a estrutura sindical comunista criou a FENPROF, com alguns dos sindicatos originais e novos sindicatos criados no centro e no norte. Esta divisão iniciada, como disse, pela organização dos professores comunistas, decorreu das lógicas organizacionais que se seguiam e também das diferenças de opinião que existiam sobre muitos temas.

Numa primeira parte, como já referi, foi possível acomodar posições, porque tínhamos no SPGL uma pessoa que respeito muito, a Graça Fernandes, que tinha uma ideia de escola próxima da nossa. Mas a partir de determinada altura houve mesmo uma cisão. Custou-me, sabe? Porque achava que era importante que os sindicatos se pusessem todos de acordo. Mas eu era um bocado ingénua nessa altura, porque achava que era possível fazer a unidade na diversidade. Foi isso que nos levou a criar a FNSP, hoje FNE.

***"Quem criou a rotura, pela forma como atuou, não foi a corrente do sindicalismo democrático, mas sim a corrente comunista".***





### LUTAR PELO ECD FOI MUITO DURO

**JF - COMO SURTIU A IDEIA DA CRIAÇÃO DA FNISP?**

**MT** - Nós sempre tínhamos trabalhado a nível nacional e não fazia sentido fazer uma ligação entre o sindicato da zona norte e o da zona centro e o resto ficar sem ligação. Nós tínhamos um sindicato que sempre foi nacional, o SINDLEP (Sindicato dos Delegados e Subdelegados Escolares), que foi quem nos deu no início a dimensão nacional. Claro que a seguir a nossa preocupação organizacional foi atirarmo-nos para a Grande Lisboa e foi o que fizemos. Assim que fomos para lá encontrámos logo um grupo de professores que eram da nossa área e de diferentes quadrantes políticos - uns socialistas e outros sociais-democratas -, mas eu nunca quis a existência de tendências no sindicato, no que era acompanhada pela equipa do SPZN. Achava que o importante era ver toda a gente unida numa visão partilhada. Aliás nós até fizemos uma edição de um Jornal, com a imagem de uma das pontes do Porto, com a seguinte referência: "criando pontes, juntando vontades: nasce a FNISP". E depois dentro do jornal explicávamos a razão da criação da federação.

**JF - O PESO NEGOCIAL DOS PROFESSORES AUMENTOU COM A CRIAÇÃO DA FNISP?**

**MT** - Acho que sim. Aliás há uma coisa que ainda hoje é visível com a UGT e a CGTP. Na UGT lutávamos muito, mas preferíamos sempre acordos. Sempre disse que preferia um acordo aceitável a uma boa luta, mas se for preciso lutar, lutamos e lutámos bastantes vezes. Os dirigentes políticos tinham consciência disso e nunca nos conseguiram vergar. Mas como estávamos dispostos a negociar e a chegar a acordos com o Governo, se

as posições finais fossem favoráveis aos nossos objetivos foi possível avançarmos em muitas matérias, de que hoje nos podemos orgulhar.

**JF - QUAIS FORAM AS GRANDES VITÓRIAS DA FNISP?**

**MT** - Para mim, as grandes vitórias estão em duas áreas e deram muito trabalho: uma foi a da criação de uma carreira única para todos os professores do ensino não superior. Uma carreira em que a entrada e progressão dependem dos graus académicos e da formação contínua. Essa foi uma questão muito debatida e nunca completamente aceite por alguns dos nossos sócios licenciados, como eu, mas que estavam muito sentados na sua licenciatura e o resto era pouco importante. Isso foi difícil até para alguns dos nossos dirigentes. Não tivemos unanimidade, mas também não tivemos deserções devido a isso. Explicámos bastante, mas só entende quem quer entender.

A segunda grande vitória foi um acordo sobre os quadros dos professores onde se integraram os professores com habilitação própria e um determinado número de anos de serviço. Falava-se então em «efetivos provisórios». Eles não eram nada disso, eram sim professores do quadro de nomeação provisória, no sentido que aquele lugar era deles desde que, dentro de um determinado prazo, aceitassem a profissionalização que lhes era proposta. Negociámos os critérios, não discutimos os números. Posteriormente soube-mos que o número de docentes que adquiriram esse vínculo rondava os 25 mil. Mas isso não quer dizer que não tenham existido mais a entrar nos quadros, porque existiam professores profissionalizados que não estavam nos quadros. Para mim, estas foram as duas principais vitórias da FNISP/FNE.

**Achava que importante era ver toda a gente unida numa visão partilhada. Fizemos uma edição de um Jornal, com a imagem de uma das pontes do Porto: "criando pontes, juntando vontades: nasce a FNISP»**

### JF - QUAL A IMPORTÂNCIA DESSES MOMENTOS PARA OS PASSOS SEGUINTE DA FNSP/FNE?

**MT** - Tivemos duas preocupações: uma era a representação dos trabalhadores da educação e as condições de trabalho que lhes deviam ser dadas; a outra era da formação que lhes devia ser facultada para que o seu desempenho se constituísse como um valor acrescido para o trabalho na escola.

Gostaria de realçar que sempre quisemos defender os professores e a escola pelo que nunca nos solidarizamos com práticas de absentismos. A este respeito lembro-me de o Ministro Vítor Crespo - Ministro da Educação entre 1980 e 1982 – se me ter queixado por nos primeiros dias de aulas existirem mais de mil baixas de docentes. E eu respondi-lhe que também achava muito mal, mas que isso mostrava que se deviam alterar os concursos, porque na verdade o que os professores ganhavam no início de carreira não era muito compatível com deslocações muito grandes.

Já com o Ministro João de Deus Pinheiro se procurou resolver isso com a criação de Quadros de Zona Pedagógica (QZP's). A dimensão geográfica desses quadros foi sempre controversa. Aliás a questão dos concursos foi sempre difícil e eu sempre disse aos ministros que eles ao tratarem mal os professores fazem com que chegue um dia em que não vão ter professores suficientes e é isso que está a acontecer neste momento.

### JF- FOI DURO LUTAR PELO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE (ECD)?

**MT** - Foi muito duro, porque não só tivemos de lutar com o Ministério como também tivemos de lutar com a FENPROF, que se dedicou mais a criticar as propostas da FNE do que a promover as suas... Mas nós tínhamos uma ideia, avançamos com ela e no final de tudo aquilo a que chegamos foi à necessidade do reconhecimento da formação e de os professores, para atingirem os dois últimos escalões, terem de prestar provas, sem que o acesso estivesse limitado por quotas.

Com isso criou-se o designado 8º escalão, que o Dr. Rui Carp, à época Secretário de Estado do Orçamento, vaticinou: "Pois, a senhora quer isto e tem bons amigos a quererem o mesmo, mas isto é como uma garrafa de champanhe: quando salta a rolha, vai tudo!" Ao que respondi que se a rolha saltasse nunca seria por nossa culpa e que tivessem consciência do que iam fazer e da forma como iam tratar os professores. Já do lado dos professores tivemos a FENPROF sempre contra nós e com campanhas muito violentas, mas nós também preparámos muito bem os nossos sócios e dirigentes e depois cada sindicato trabalhou com os seus dirigentes distritais e até fizemos guiões para a discussão e chegámos a um acordo. Houve uma altura em que as coisas estavam um pouco feias quando se tratou de defender a avaliação e nós queríamos boas condições na ava-

liação para os professores e qualidade nas escolas. Foi difícil e tínhamos que houvesse uma vaga de dessindicalizações. Eu só perguntava à tesoureira do meu sindicato se havia uma fuga de sócios, mas a situação mantinha-se razoavelmente equilibrada. Tínhamos de aguentar e cerrar os dentes, porque depois os professores voltariam e realmente voltaram.

### PRIMEIRO A INDEPENDÊNCIA SINDICAL

### JF - COMO É QUE OS PROFESSORES RECEBERAM O ECD?

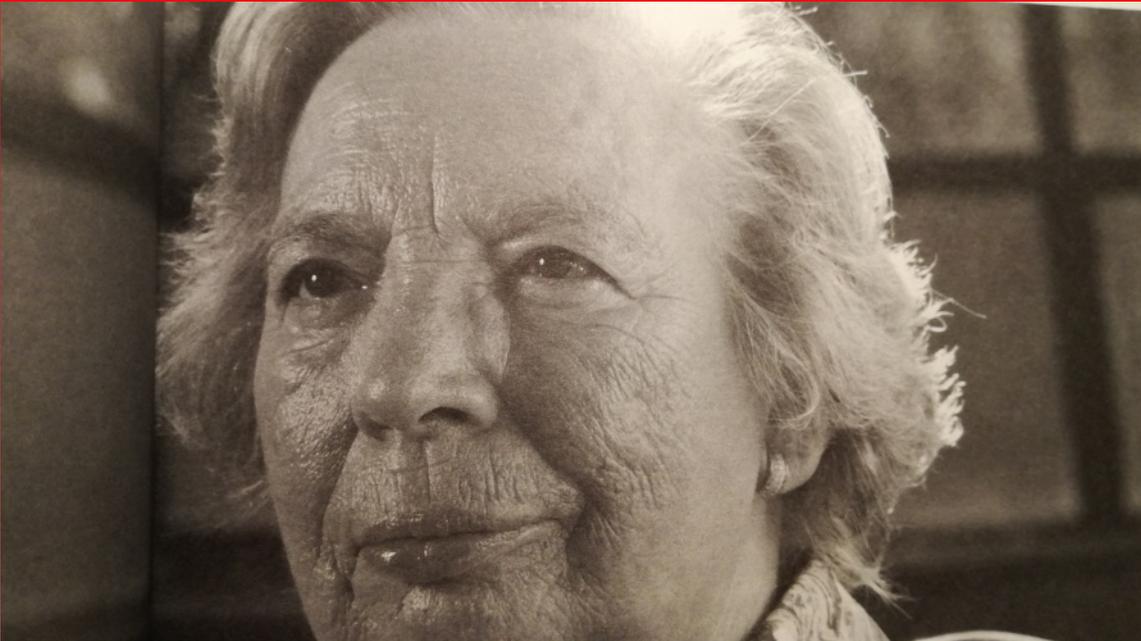
**MT** – Como sabe, o Estatuto tem várias partes. A maioria das coisas estava mais ou menos aceite por todos. Mas desde o princípio em que assumimos começar a alterar coisas na carreira dos professores. Desde logo pondo os bacharéis ao lado dos licenciados e fazendo subir os professores do primeiro ciclo e os educadores de infância para os níveis dos bacharéis do setor público. Tivemos os professores connosco, apesar de não concordarem com tudo.

Mas, depois, chegou um governo socialista que acabou com as exigências que o 8º escalão impunha para prosseguir na carreira. E um dia em que convidámos um membro da equipa ministerial para participar numa conferência da FNE no Porto ele perguntou-nos: "Podem dizer-me o que é o 8º escalão? Na campanha eleitoral todos me diziam para prometer acabar com isso, mas eu nem sabia o que era". E nós lá lhe explicámos.

A criação do Instituto Superior da Educação e Trabalho (ISET) está muito ligada ao ECD, porque quisemos dar aos professores a possibilidade de percorrerem a carreira toda. Os nossos alunos no ISET foram compreendendo e gostando das nossas perspetivas.



**"Gostaria de realçar que sempre quisemos defender os professores e a escola pelo que nunca nos solidarizamos com práticas de absentismos".**



**"Nós, na FNE, no tempo em que lá estive, porque agora não sei, tínhamos sempre uma ideia muito clara do que eram as decisões sindicais e as do partido".**

**JF - EM 1997 QUANDO SAIU DA LIDERANÇA DO SPZN ALGUMA IMPRENSA FEZ SOAR QUE EXISTIA ALGUMA INCOMPATIBILIDADE POLÍTICA ENTRE O SEU PARTIDO (PSD) E O NA ALTURA NOVO GOVERNO PS. QUER COMENTAR?**

**MT** - Não houve nada. Estive desde 1974 no Sindicato de Professores da Zona Norte e ainda 22 anos à frente da FNSP/FNE. Eu decidi sair porque o movimento sindical exige muito e porque outros poderiam fazer o mesmo ou eventualmente melhor. E eu também tinha direito de fazer outras coisas e, portanto, é humano que as pessoas não queiram enraizar-se nos lugares. Mas quando saí do Sindicato mantive-me na Federação. Por isso a ideia de que deixei o sindicato porque o PS foi para o Governo. Esta leitura é completamente disparatada.

**JF- ATÉ QUE PONTO É QUE A POLÍTICA E O SINDICALISMO SE RELACIONAM?**

**MT** - É uma relação histórica. E os partidos que não têm sindicatos associados não são verdadeiramente da área da social-democracia, do socialismo democrático. Quando nós escolhemos um partido escolhemos porque estamos de acordo com as linhas gerais desse partido. E quando vamos para o sindicato há uma identificação, mas não quer dizer com isso que dependamos do partido. O PSD, quanto eu sei, nunca teve dirigentes que estivessem à espera da confiança de sindicatos. Quando foi da entrada para a UGT não

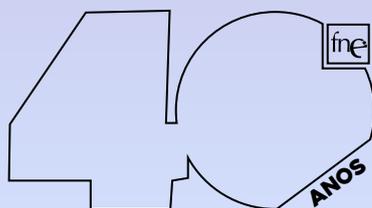
entramos no princípio. Levantávamos muitos problemas por a central ter sido criada no seio de um acordo entre PS e PSD. Achávamos que deviam ser os sindicatos que por si escolhessem reunir-se e tivemos até uma reunião longa no PSD que chegou até às seis da manhã em que nos queriam convencer a entrar na UGT naquela altura. Mas achávamos que mais tarde logo se veria e acabámos por sair do encontro com a mesma ideia com que entrámos.

**JF- AS DIFERENÇAS PARTIDÁRIAS CORTAM OU FORTALECEM O SINDICALISMO?**

**MT** - Acho que depende das perspetivas que as pessoas têm sobre a ligação entre o sindicato e o partido. Nós, na FNE, no tempo em que lá estive, porque agora não sei, tínhamos sempre uma ideia muito clara do que eram as decisões sindicais e as do partido. Normalmente os partidos quando vão para o governo muitos deles tentaram ajustar connosco algumas coisas. Aconteceu com o Ministro Vítor Crespo e muito com o Engenheiro Couto dos Santos, que me pediu até uma reunião prévia no partido para conversarmos.

E eu apresentei as nossas perspetivas e disse-lhe que tudo o que fosse para melhorar podia contar connosco; no que pusesse em causa os princípios fundamentais para nós não poderia contar com a FNE. A ligação para mim faz sentido, mas desde que exista independência sindical. O sindicato não tem de responder ao que um partido quer, mas sim aos trabalhadores que representa.

**Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de dezembro Joaquim Santos e Tiago Soares Jornal FNE**



# SAIBAM HONRAR OS DIREITOS QUE NÓS SABEREMOS CONCRETIZAR OS DEVERES

As carreiras profissionais da Função Pública precisam de reconhecer o mérito de cada trabalhador e não ficarem presas às amarras de cotas que servem apenas para quartar a paixão que temos em servir no sector do ensino. Um Não Docente que se empenha em fazer um excelente serviço deve ver o seu valor reconhecido, bem como o trabalhador que estuda tem o direito à progressão intercarreiras/intercategorias, de acordo com as habilitações que, entretanto, completou.

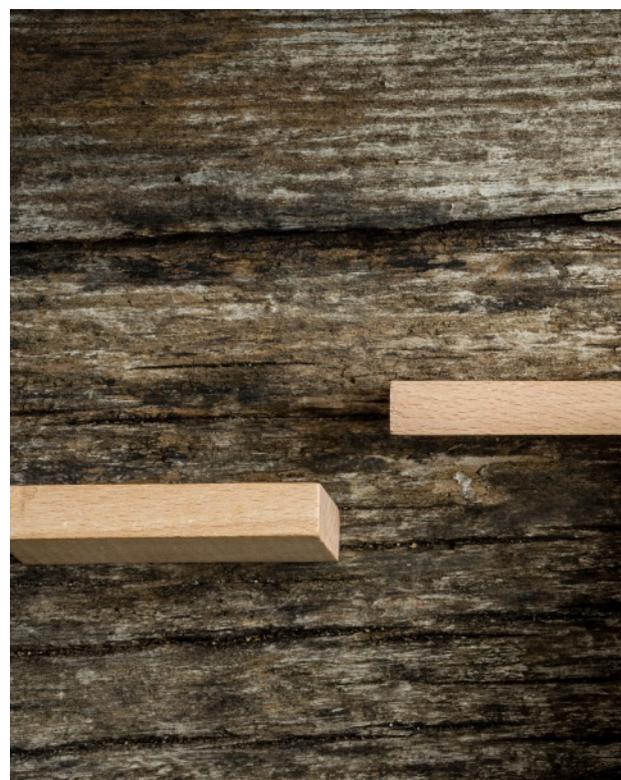


O mundo da educação pula e cresce todos os dias. São avanços sucessivos e significativos que não param mais de crescer, evoluir, formar e educar. É um mundo tão simples

e ao mesmo tempo tão complexo que exige de todos nós – aqueles que nele trabalham – uma maior disponibilidade, sobretudo uma maior entrega e paixão. Diria mesmo que se cada um de nós não cumprir com ímpeto esta nova realidade não estaremos a atingir os objetivos que todos nós reconhecemos como essenciais para guiar as gerações vindouras. A Educação deve ser o berço de uma sociedade, pois dela depende o futuro dos nossos educandos e nós queremos um futuro cada vez melhor para aqueles que aqui estão e para os que hão de vir.

Desde há uns anos a esta parte que as políticas dos sucessivos governos têm privilegiado a construção de megaestruturas capazes de acolher num único local um maior número de alunos, rentabilizando assim recursos humanos que sirvam mais e melhor as necessidades educativas dos nossos educandos. Acontece que foram construídas grandes obras, aumentaram áreas de superfície e volumetrias dignas de admiração para todos quantos pasmam do lado de fora. Mas aqueles que passam na rua estão longe de saber as preocupações que se vivem cá dentro. Os recursos humanos são escassos, as tarefas cada vez mais complexas e os rácios de **Não Docentes**, ao invés de subirem, não param de descer. Se

antes tínhamos um **Não Docente** para cada turma, hoje temos um **Não Docente** para várias turmas. Somos dedicados, esforçados, apaixonados, mas há vontades e valores que já não dão mais para esticar. É preciso ter mais gente nas escolas que vá de encontro às carências profissionais do dia-a-dia. As escolas precisam, com urgência, de aumentar o número de técnicos Superiores, Assistentes Administrativos e Operacionais e enquanto isso não acontecer estaremos a empenhar o *futuro do futuro* (*passé o pleonasmo*). E esta é, agora, uma responsabilidade direta das autarquias, às quais estaremos atentos.



Com este crescimento há necessidades que urgem resolver a curto prazo, sob pena de transformarmos os centros escolares em megaestruturas desorganizadas e difíceis de gerir. Assim defendemos para as escolas o aumento do número de Técnicos Superiores que possam ir de encontro às carências da educação. Uma biblioteca precisa de um licenciado em Ciência da Informação (profissional que trata de bibliotecas, arquivos e documentação). Um posto de socorros de um agrupamento com mil alunos precisa de um técnico de saúde (enfermeiro) para socorrer episódios agudos de emergência. A informática não pode retirar os professores da sua atividade base – que é ensinar – para os colocar a tratar da instalação de *software* e *hardware*. Estes são apenas três exemplos, mas urge pensar a estratégia que permita de facto termos uma melhor educação e servir direitos e deveres de todos.



A terminar, não podemos esquecer de referir que as carreiras profissionais da Função Pública precisam de reconhecer o mérito de cada trabalhador e não ficarem presas às amarras de cotas que servem apenas para quartar a paixão que temos em servir o sector do ensino. Um **Não Docente** que se empenha em fazer um excelente serviço deve ver o seu valor reconhecido, bem como o trabalhador que estuda tem o direito à progressão intercarreiras/intercategorias, de acordo com as habilitações que, entretanto, completou. As camaras municipais não podem travar a mobilidade dos funcionários públicos nem esquecer as atualizações salariais que todos merecemos.

Como em tudo na vida, há direitos e há deveres. Saibam honrar os direitos que – NÓS, **Não Docentes** – saberemos concretizar os deveres.

*José António Moreira*

*2º Vice-Presidente do STAEZN*

*Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e*

*Auxiliares de Educação da Zona Norte*

**«Um Não Docente que se empenha em fazer um excelente serviço deve ver o seu valor reconhecido».**



# CONSULTA FNE A NÃO DOCENTES: INSATISFAÇÃO E FALTA DE RECONHECIMENTO



A FNE e os presidentes dos três sindicatos de Trabalhadores Não Docentes da Educação – Dulce Cancela, da zona norte (STAAE-ZN), João Ramalho, da zona centro (STAAE-ZC) e Cristina Ferreira, do sul e regiões autónomas (STAAESul e RA), apresentaram em Conferência de Imprensa de 25 de novembro de 2022, em Lisboa, os resultados da Consulta Nacional que a FNE desenvolveu entre 4 e 11 de novembro a Trabalhadores Não Docentes (TND).

Setecentos e dezoito Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais de todo o país responderam a este inquérito, que permite conhecer de forma mais aprofundada a situação destes trabalhadores da educação, nos papéis que lhes são atribuídos e nas suas condições de trabalho e emprego, no início deste presente ano letivo.

E os resultados, comentados aos jornalistas por Cristina Ferreira (STAAESRA), demonstram que os TND se manifestam muito insatisfeitos em termos salariais e revelam que sentem que não são reconhecidos no papel que desempenham nas escolas, quer pela sociedade, quer pelos seus superiores hierárquicos.

Os números dizem ainda que praticamente não são ouvidos em relação ao desenvolvimento dos projetos das escolas em que trabalham e que não

têm acesso a uma formação contínua que responda às suas necessidades de desenvolvimento profissional.

Na sua grande maioria (cerca de 67%), as pessoas respondentes detêm uma perceção negativa relativamente ao reconhecimento social da sua atividade em contexto laboral, qualificando-o como insuficiente ou pouco elevado. Quando inquiridas acerca do reconhecimento por chefias, amplia-se a perceção de pouco ou nenhum reconhecimento, com mais de 80% de respostas num destes sentidos, o que pode sinalizar a existência de mal-estar em contexto laboral.

Esta perceção de falta de reconhecimento também extravasa o contexto laboral. Quando a pergunta incide sobre o reconhecimento público do trabalho realizado pelo Pessoal Não Docente, cerca de 87% das pessoas afirmam que sentem pouco, ou mesmo a total ausência de reconhecimento.

Mais de metade das pessoas respondentes nunca participaram em atividades em parceria com pessoal docente e mais de 81% nunca integrou o projeto educativo da escola, sendo muito evidente a ausência de estratégias e medidas para inclusão destas pessoas em processos de participação e envolvimento.

**Os resultados demonstram que os Trabalhadores Não Docentes manifestam-se muito insatisfeitos em termos salariais e revelam que sentem que não são reconhecidos no papel que desempenham nas escolas.**

Destacam-se algumas boas práticas, que merecem referência, por entre cerca de 18% das pessoas que já foram ou são habitualmente envolvidas nestes processos:

- Vários projetos de investigação - ação, em colaboração com entidades de ensino superior, ao nível das aprendizagens, comportamento e competências socio emocionais;

- Participação na elaboração do regulamento interno ou na própria elaboração do projeto educativo;

- Participação no Conselho Pedagógico.

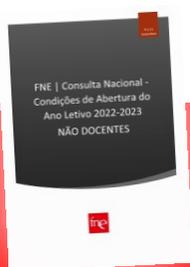
Quanto à participação nos órgãos sociais, a esmagadora maioria dos TND nunca integrou o Conselho Geral da escola e mesmo no reduzido número de participações subsistem apreciações negativas:

- A avaliação não é positiva, com a referência de que os TND apenas estão presentes no CG, porque é obrigatório fazerem parte do mesmo. Nunca são ouvidos e se pedem para intervir a resposta é que não é relevante para os trabalhos;

- Na prática, são apenas um elemento eleito pelos pares para integrar o Conselho Geral.

Os TND também não são convocados para dar contributos para o plano anual de atividades das escolas em que trabalham. Cerca de 79% das pessoas respondentes nunca foram convidadas para tal.

As perspetivas quanto à evolução de carreira profissional são muito negativas para cerca de 84% dos/as trabalhadores/as respondentes. Esta situação pode ter relação com a estrutura etária predominante (envelhecida), mas poderá estar igualmente associada à perceção de falta de reconhecimento. Na esmagadora maioria (96% das respostas), as pessoas inquiridas consideram que não são remuneradas de acordo com as exigências do trabalho que desempenham.



Cristina Ferreira assinalou ainda que subsiste uma percentagem significativa de TND que não são envolvidos em ações de formação contínua em ambiente de trabalho – cerca de 62%. Destes, a grande maioria considera que a formação frequentada não foi adequada às necessidades sentidas – cerca de 60%.

A percentagem de TND que não procuram formação contínua fora do ambiente de trabalho é também significativa: cerca de 57%.

Esta consulta nacional da FNE incidiu também sobre as consequências da transferência de competências para as autarquias, sendo que uma percentagem significativa das pessoas inquiridas refere que não foi informada acerca da matéria – cerca de 47%.

A resposta mais frequente, relativamente às mudanças percecionadas com esta transferência, é a de que nada mudou. São relatadas algumas perdas de regalias e, num ou noutro caso, melhorias. O mesmo acontece com impactos percecionados na vida pessoal. A maioria não reconhece ter havido alterações, ainda que alguns casos identifiquem mudanças - mas em número reduzido face ao universo de respostas.

Cerca de 44% dos/as trabalhadores/as inquiridos/as considera que a gestão dos TND deve ficar a cargo do Ministério da Educação e cerca de 36% que deve ficar a cargo da direção do agrupamento ou escola. Em menor número (cerca de 20%) são as respostas que apontam para que essa gestão deva ficar a cargo do município.

A fechar a conferência de imprensa, João Dias da Silva garantiu que os resultados obtidos nesta Consulta vão servir para a realização de uma reflexão consistente, com vista a garantir efetivas condições de respeito pelos TND das nossas escolas, assumindo ainda que as matérias da formação contínua e da transferência de competências para as autarquias merecem uma observação e ação mais urgentes.

A FNE persiste na luta pelo papel e dignificação dos TND, quer no setor público, quer no setor privado e social, pois eles já provaram ser um dos pilares fundamentais que sustentam o nosso sistema educativo.



**É de assinalar que subsiste uma percentagem significativa de Pessoal Não Docente que não é envolvido em ações de formação contínua em ambiente de trabalho – cerca de 62%.**

# DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE CELEBRADO NO SEIXAL

A comemoração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (DNTND), este ano sob o tema "Carreiras dignas, reconhecidas e valorizadas para os Trabalhadores Não Docentes", deu-se com uma visita da delegação da FNE, encabeçada pelo Secretário-Geral, João Dias da Silva, e pela Presidente do STAAESRA, Cristina Ferreira, à Escola Paulo da Gama, na Amora, Seixal, com a Diretora do Agrupamento, a Professora Paula Campos, a ser a anfitriã de uma visita-guiada detalhada, em que ficaram reforçados alguns dos problemas com que se debate diariamente e as possíveis soluções e projetos que permitem responder aos objetivos de mais sucesso e de mais equidade, no serviço público que esta escola desenvolve.

Durante a visita que incluiu passagens pela secretaria, bar, refeitório, papelaria, biblioteca, sala de estudo e pavilhão gimnodesportivo, foram apontados como fatores positivos deste Agrupamento, que recebe cerca de 1800 alunos diariamente, a formação e qualificação de vários técnicos operacionais e administrativos que constituem o grupo de trabalho da Escola Paulo da Gama, assim como a criação de projetos de inclusão e integração de crianças de diferentes etnias e nacionalidades.

De negativo são as notas atribuídas à burocracia e ao rácio de Trabalhadores Não Docentes (TND) que nesta escola está dois valores abaixo do obrigatório em portaria, situação comum à que se passa na grande maioria do país, assim como a necessidade de algumas reformas estruturais nos edifícios das salas de aula.

João Dias da Silva sublinhou que nesta data procura-se dar expressão às reivindicações que a FNE e os seus Sindicatos de Não Docentes mantêm em relação aos mais de 80 mil TND, em Portugal, tanto no setor público, como no privado dependente e independente do Estado, que têm mostrado a sua importância nestes tempos de novos desafios na Educação.

Esta visita terminou com uma pequena cerimónia de hasteamento da bandeira "Funcionários da Educação também educam", para lembrar que as políticas reivindicativas da FNE e dos seus três Sindicatos de TND, inserem-se numa valorização real destes trabalhadores e numa busca de condições de saúde e de bem-estar profissionais.

O DNTND é uma ocasião para lembrar as principais reivindicações destes trabalhadores, em que se incluem a necessidade do restabelecimento das carreiras especiais, uma revisão profunda da Portaria de Rácios, o combate efetivo a todas as situações de precariedade, salários dignos, não esquecendo a definição de orientações claras para o recurso e regulamentação do teletrabalho, ou o reforço dos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais nas instituições de ensino, todos absolutamente imprescindíveis no contexto atual.

[Consulte AQUI a galeria de fotos](#)

**As políticas reivindicativas da FNE e dos seus três Sindicatos de Trabalhadores Não Docentes, inserem-se numa valorização real destes trabalhadores e numa busca de condições de saúde e de bem-estar profissionais.**



# UE QUER MAIOR PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES EUROPEUS AO AMIANTO



A Comissão Europeia avançou em setembro passado com uma proposta legislativa relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição ao amianto, que altera a Diretiva Amianto no Trabalho 2009/148/CE.

Esta nova proposta pretende atualizar o atual valor-limite legal de exposição profissional ao amianto, à luz dos mais recentes avanços científicos e do progresso técnico.

O amianto é um agente cancerígeno altamente perigoso que, apesar da sua proibição na UE em 2005, continua a constituir uma ameaça considerável para a saúde pública pois ainda está presente em muitos dos nossos edifícios (incluindo escolas e universidades) e é responsável por muitas mortes evitáveis na UE, especialmente no setor da construção, da manutenção e da gestão de resíduos, por isso é necessária uma abordagem integrada transversal a vários domínios políticos, incluindo a Segurança e Saúde no Trabalho (SST), para fazer face a este desditoso legado.

Quando inaladas, as fibras de amianto transportadas pelo ar podem levar, por exemplo, ao mesotelioma e ao câncer de pulmão, com um intervalo médio de 30 anos entre a exposição e os primeiros sinais da doença.

O cancro profissional é a primeira causa de mortes relacionadas ao trabalho na UE, com até 78% dos cânceros profissionais reconhecidos serem relacionados ao amianto. Quando inaladas, as fibras de amianto transportadas pelo ar podem levar, por exemplo, ao mesotelioma e ao câncer de pulmão, com um intervalo médio de 30 anos entre a exposição e os primeiros sinais da doença.

Somente em 2019, mais de 70.000 pessoas na UE morreram devido à exposição anterior ao amianto no trabalho. Estima-se que 4,1 a 7,3 milhões de trabalhadores estejam atualmente expostos ao amianto, com 97% a trabalhar na construção e 2% na gestão de resíduos.

Isto é ainda mais relevante no contexto da transição verde e da ambição da UE de aumentar a taxa de renovação dos edifícios. As reformas melhorarão as condições de saúde e de vida dos moradores e reduzirão suas contas de energia. No entanto, também aumentarão os riscos de exposição ao amianto, em particular para os trabalhadores da construção.

Por isso, a Comissão e a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, instam as suas redes e partes interessadas a desenvolverem iniciativas em prol de um futuro sem amianto e da proteção da saúde e segurança no trabalho das pessoas potencialmente expostas ao amianto.



## FNE E AFJET COM BOAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A NÍVEL EUROPEU

A FNE participou na Conferência de Encerramento do projeto “Educação para a Mudança Social: O papel dos Sindicatos da Educação na abordagem do desenvolvimento sustentável”, que decorreu em 27 e 28 de outubro de 2022, em Bruxelas.

Este projeto de mobilização dos sindicatos da educação para fomentar o tema da educação para o desenvolvimento ambiental sustentável, no âmbito do Diálogo Social na Educação, teve a participação de organizações sindicais da educação de quatro países no respetivo Grupo Consultivo: ACOD-Onderwijs Belgium (Bélgica), SLF (Dinamarca), FLC-CGIL (Itália) e ESTUS (Eslovénia), sob a orientação e coordenação geral de Ekaterina Efimenko, do CSEE.

Além de ações nestes países, a equipa do projeto reuniu, através de uma pesquisa online com 44 organizações membros do CSEE, boas práticas em sindicatos europeus sobre os temas da Educação Ambiental e da importância do desenvolvimento do tema da Sustentabilidade do Planeta, incluindo as questões das alterações climáticas.

Uma das boas práticas reunidas foi o caso português da FNE e da AFJET, com quem o CSEE manteve uma entrevista online no passado dia seis de outubro. O produto dessa entrevista pode ser lido no site do CSEE, em <https://www.csee-etu.org/en/>, com data de 17 de novembro do ano em curso.

A pesquisa fornece igualmente recomendações de políticas para formuladores de políticas nacionais e da União Europeia sobre a implementação da sustentabilidade ambiental na educação, informadas pela perspectiva dos sindicatos da educação.

Resultado a realçar deste projeto foi a publicação, por uma equipa de investigadores do PPMI Group, do relatório “Education For Social Change: The Role of Education Trade Unions in Addressing Sustainable Environmental Development”, no qual as ações da FNE e da AFJET são citadas na página 43, como um bom exemplo a seguir por outros sindicatos europeus da educação.

O projeto de dois anos (janeiro de 2021 – dezembro de 2022), cofinanciado pela Comissão Europeia, estabelece ainda as bases para um papel mais central dos sindicatos da educação na implementação do Pacto Verde Europeu e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

O objetivo é o de assegurar uma integração coerente e robusta da aprendizagem sobre abordagens sustentáveis ao ambiente nas políticas educativas e promover medidas e práticas sindicais concretas na abordagem dos problemas ambientais.

Tal abordagem deve considerar aspetos relevantes de capacitação do diálogo social de cada país, com o intuito de se obterem resultados práticos na negociação coletiva, em todos os níveis de impacto dos problemas ambientais nas instituições de ensino, em professores, académicos e em todos os profissionais da educação.

Ao longo desta conferência final, cerca de 90 participantes oriundos de 24 países da Europa, debateram formas de os sindicatos da educação desenvolverem a capacidade para lidar com o impacto da emergência climática no setor da educação, incluindo nas condições de vida e de trabalho nas suas escolas e universidades.

A Conferência serviu ainda como palco para a estreia de um filme documentário intitulado “Education for Sustainable Future – Inspiring Practices from Europe”, que foi preparado no âmbito do projeto. O docu-



mentário destaca as melhores práticas da Bélgica, Itália e Dinamarca, demonstrando o impacto transformador que a educação para o desenvolvimento sustentável pode ter nos alunos.

Ao longo do evento representantes da Comissão Europeia, UNESCO, Associação Europeia de Pais, da OBESSU e outras organizações internacionais deram a sua contribuição para o tema, destacando o papel fundamental do diálogo social na educação para a mudança social, dando voz e relevo à atratividade da profissão docente e à perspetiva particular dos jovens, mormente sobre como também abordar a sustentabilidade ambiental e a renovação sindical.

O representante da FNE nesta conferência foi Joaquim Santos.

**A Conferência serviu ainda como palco para a estreia de um filme documentário intitulado “Education for Sustainable Future – Inspiring Practices from Europe”**



# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE OUTUBRO A 25 DE NOVEMBRO DE 2022

[Regulamento nº 1042/2022 - DR nº 208/2022,  
Série II de 2022-10-27](#)

*Educação - Conselho Nacional de Educação*  
Alteração ao Regimento do Conselho Nacional de Educação.

[Declaração de Retificação nº 28/2022  
DR nº 209/2022, Série I de 2022-10-28](#)

*Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral*  
Retifica o Decreto-Lei nº 66-A/2022, de 30 de setembro, que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução da Assembleia da República  
nº 73/2022, DR nº 210/2022,  
Série I de 2022-10-31](#)

*Assembleia da República*  
Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos de trabalho a termo.

[Resolução da Assembleia da República  
nº 74/2022, DR nº 210/2022,  
Série I de 2022-10-31](#)

*Assembleia da República*  
Recomenda ao Governo que avalie o regime jurídico das instituições de ensino superior e reveja o seu modelo de financiamento.

[Despacho nº 12742/2022 - DR nº 212/2022,  
Série II de 2022-11-03](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*  
Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Bragança.

[Despacho nº 12823/2022 - DR nº 214/2022,  
Série II de 2022-11-07](#)

*Educação - Direção-Geral da Educação*  
Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares para o ano de 2022.

[Acórdão do Tribunal Constitucional nº 626/2022  
DR nº 217/2022, Série I de 2022-11-10](#)

*Tribunal Constitucional*  
Não declara a inconstitucionalidade do nº 1 do artigo 2.º da Lei nº 46/2021, de 13 de julho (Concurso de vinculação extraordinária de docentes das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos estabelecimentos públicos de ensino); declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do nº 6 do artigo 2.º da Lei nº 46/2021, de 13 de julho, e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º da Lei nº 47/2021, de 23 de julho (Revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário).

[Despacho nº 13237/2022--DR nº 220/2022,  
Série II de 2022-11-15](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*  
Prorroga o prazo identificado nas referências 3 e 9 do calendário aprovado em anexo ao Despacho nº 8710/2022, de 15 de julho.

[Portaria nº 280/2022 - DR nº 223/2022,  
Série I de 2022-11-18](#)

*Presidência do Conselho de Ministros e Finanças*  
Fixa a atualização do subsídio de refeição, a 1 de outubro de 2022, aos trabalhadores da Administração Pública.

[Resolução do Conselho de Ministros  
nº 108/2022, DR nº 226/2022,  
Série I de 2022-11-23](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Determina a reativação da Comissão de Acompanhamento da Descentralização e aprova o seu regime de organização e funcionamento.



## Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



*Boas Festas  
e um  
Bom Ano Novo  
2023*

*Depois dos desafios tão difíceis que temos vindo a enfrentar, é tempo de desejar que o novo ano de 2023 possa constituir a oportunidade para o início da concretização de uma sociedade mais justa, sem precariedades, em solidariedade, saúde, segurança e bem-estar.*

